

11

# PATRI MÓNIO ESTUDOS

REVISTA DO INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO  
ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

Museu do Côa

Memória e criação em diálogo

Información = Cultura

Património paisagístico

Património: riscos e prevenção

INTERVENÇÕES

MUDE

Património, território e turismo

Aldeias do Xisto

JULHO 2011 | ISSN 2182-2212 | PVP 20€

PROF. J. C. A.

iges  
par

INSTITUTO DE GESTÃO  
DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO  
E ARQUEOLÓGICO

INCM

[www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)

# PATRI MONIO ESTUDOS

N.º 11 | 2011

Na capa e contracapa  
Museu do Côa (fotografia JPR)

**DIRECTOR DO IGESPAR**  
Gonçalo Couceiro

**PRODUÇÃO EDITORIAL**  
IGESPAR – Departamento  
de Inventário, Estudos e Divulgação

**DIRECTOR**  
Manuel Lacerda

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**  
Deolinda Folgado  
Miguel Soromenho (colaboração)

**COLABORARAM NESTE NÚMERO**  
Artur Côte-Real  
Bárbara Coutinho

Beatriz Sanjuán Ballano  
Belany Barreiros  
Bruno Ramos  
Carla Simões  
Célia Ramos

Fátima de Llera  
Fernando Marques  
Fernando Real (IGESPAR)  
Gerhard Doderer  
Gerhard Grenzing  
Guilherme d'Oliveira Martins  
Irene Frazão (IGESPAR)

Isabel Raposo de Magalhães  
João Pedro Cunha Ribeiro  
(IGESPAR)

João Scabra Gomes (IGESPAR)  
José Manuel Simões

Lúcia Inês Gambini  
Lúcia Gonçalves de Brito  
Maria Magalhães Ramalho (IGESPAR)  
Maria Teresa Cruz  
Rita Theriaga Gonçalves (IGESPAR)  
Telma Teixeira

**COLABORARAM NA SECÇÃO  
ACONTECE**

António Faria (AF), IGESPAR  
Carla Lopes (CL), IGESPAR  
Fernando Real (FR), IGESPAR  
Jorge Alves (JA), IGESPAR

**COLABOROU NA REVISÃO  
DA BIBLIOGRAFIA**  
Manuela Moreira (IGESPAR)

**FOTOGRAFIA / IGESPAR**  
José Paulo Ruas (JPR)

**DESIGN GRÁFICO**  
Margarida Vieira

**PAGINAÇÃO**  
Imprensa Nacional-Casa  
da Moeda, S. A.

**REVISÃO DE TEXTO**  
Imprensa Nacional-Casa  
da Moeda, S. A.

**PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO**  
Imprensa Nacional-Casa  
da Moeda, S. A.

**DISTRIBUIÇÃO**  
Imprensa Nacional-Casa da Moeda,  
S. A. / HT – Dist. Comercialização  
de Produtos Culturais

**EDIÇÃO**  
Instituto de Gestão do Património  
Arquitectónico e Arqueológico  
Imprensa Nacional-Casa  
da Moeda, S. A.

**TIRAGEM**  
1.500 exemplares  
ISSN: 2182-2212  
Depósito legal n.º 170 293/01

Património/Estudos  
Publicação do IGESPAR, I. P.  
Instituto de Gestão do Património  
Arquitectónico e Arqueológico  
Palácio Nacional da Ajuda  
1349-021 Lisboa  
Tel: +351 – 21 3614336  
Fax: +351 – 21 3628472  
E-mail: igespar@igespar.pt  
www.igespar.pt

Os artigos da revista *Património/  
Estudos* são da exclusiva  
responsabilidade dos respectivos  
autores, e não reflectem,  
necessariamente, o ponto  
de vista da direcção da publicação  
ou do IGESPAR, I. P.

Os textos e as imagens desta  
publicação não podem ser  
reproduzidos sem autorização prévia  
do IGESPAR, I. P.



## CADERNO MUSEU DO CÔA

5

O MUSEU DO CÔA  
E A ARTE PALEOLÍTICA  
AO AR LIVRE  
UM PATRIMÓNIO ÚNICO,  
DE TODOS E PARA TODOS  
João Pedro Cunha Ribeiro

11

DO PARQUE  
ARQUEOLÓGICO  
AO MUSEU DO CÔA:  
DO CONCEITO À EXECUÇÃO  
Fernando Real

21

UM MUSEU NA PAISAGEM  
Lúcia Gonçalves de Brito

26

COMUNICAÇÃO, CULTURA  
E ARTE: A COMUNICAÇÃO  
DO PATRIMÓNIO  
MUNDIAL NO MUSEU  
DO CÔA  
Maria Teresa Cruz



## PENSAMENTO

31

PATRIMÓNIO CULTURAL  
MEMÓRIA E CRIAÇÃO  
EM DIÁLOGO  
Guilherme d'Oliveira Martins

36

INFORMACIÓN = CULTURA  
MAPAS PATRIMONIALES  
PARA IR DE LOS MEDIOS  
A LAS MEDIACIONES  
Beatriz Sanjuán Ballano

42

REFLEXÕES SOBRE  
A SALVAGUARDA  
DO PATRIMÓNIO  
PAISAGÍSTICO  
Rita Theriaga Gonçalves

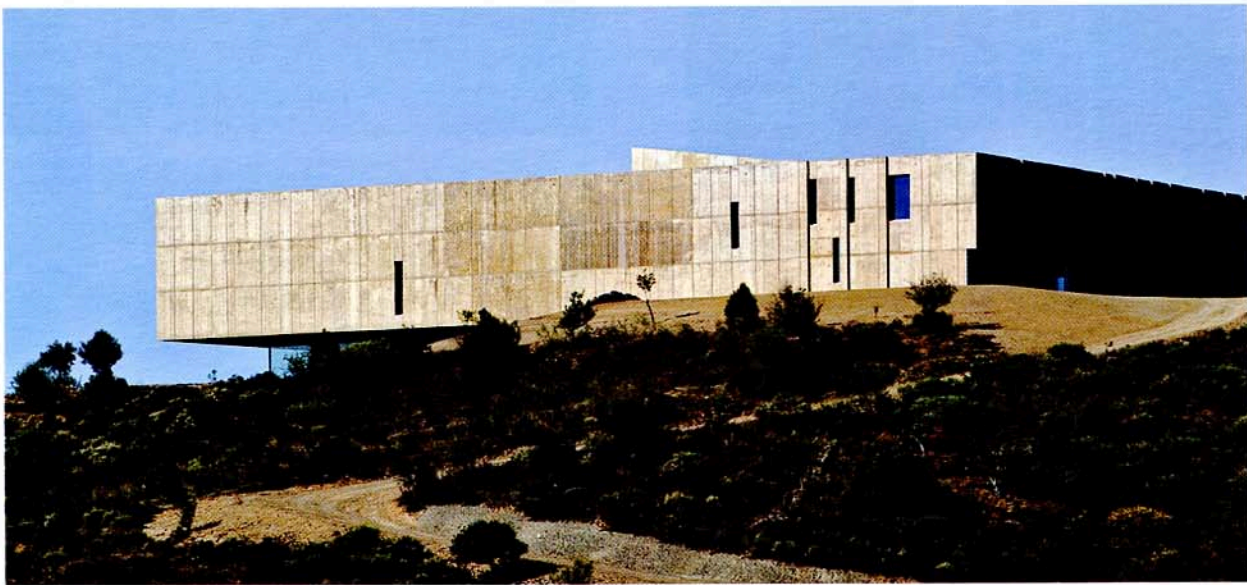
48

O PATRIMÓNIO E A SUA  
SOBREVIVÊNCIA:  
RISCOS E PREVENÇÃO  
Isabel Raposo de Magalhães

# DO PARQUE ARQUEOLÓGICO AO MUSEU DO CÔA: DO CONCEITO À EXECUÇÃO

**Fernando Real**

Arqueólogo.  
Instituto dos Museus e da Conservação — Museu Nacional de Arqueologia.  
Membro do Grupo de Trabalho para a instalação do Museu do Côa (2007-2010).



O Museu assemelha-se a uma instalação na paisagem. JPR | IGESPAR. 2010.

Desde a criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) e até à inauguração do Museu decorreu um processo atípico de catorze anos, que pode resumir-se em duas palavras: complexo e laborioso. Foram muitas as opções tomadas, vicissitudes e os constrangimentos havidos, bem como as soluções encontradas, caso a caso, ao longo de todo o processo<sup>1</sup>.

Em todas as fases deste processo houve ainda um elevado número de protagonistas, de diferentes áreas e sectores da sociedade, que muitas das vezes sem conhecer exactamente o tipo de património com que estavam a lidar (arqueológico, paisagístico, antropológico, ambiental, imaterial e arquitectónico), faziam as mais severas críticas, emitiam opiniões sem credibilidade técnica e procuravam defender interesses diversos, numa perspectiva exclusivamente material e economicista.

Apesar de tudo isso, as dificuldades de percurso foram ultrapassadas: o Parque Arqueológico tem vindo a cumprir a sua missão e o Museu, inaugurado em 30 de Julho de 2010, enfrenta os novos desafios. O Museu é um equipamento cultural do PAVC que permitirá acolher um maior número de visitantes, dar resposta às necessidades e às exigências lúdicas e científicas de quem o procura, permitindo dar visibilidade ao Côa, potenciar o desenvolvimento regional e a protecção do património (entenda-se, todos os tipos de património cultural existentes na região).

Este equipamento cultural só foi possível concretizar porque os objectivos estavam bem definidos pelo Governo desde o início — 1996 — e pela existência de uma equipa empenhada que acreditou na importância do projecto e de um trabalho continuado na sua concretização.



Jornais, televisão e rádio estiveram sempre atentos.

Feito este breve enquadramento geral das condições que interferiram no «Processo do Côa», analisemo-lo mais em detalhe. O texto que se segue organiza-se basicamente em três partes:

- a primeira refere o modelo de gestão do património arqueológico em Portugal na década de 90 do século passado, quando se levantou a questão da salvaguarda do património arqueológico no vale do Côa face a uma barragem hidroeléctrica aprovada com o projecto de construção em início de obra;
- a segunda reúne alguns dados históricos relevantes para o «processo do Côa»;
- a terceira pretende trazer a público factos menos conhecidos do Museu do Vale do Côa, da coordenação dos trabalhos e consolidação do projecto, inaugurado em 2010.

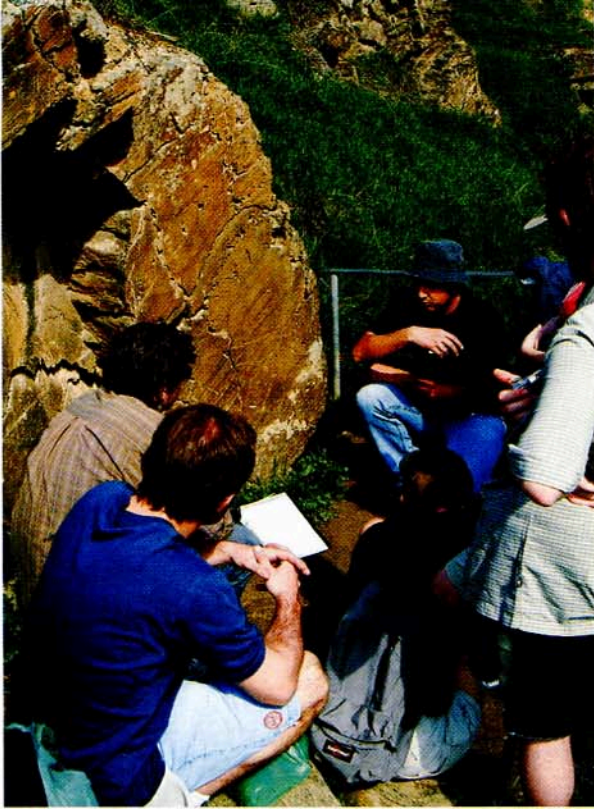
### As descobertas no vale do Côa e a arqueologia no final do século xx

A gestão do património arqueológico no início dos anos 90 do século passado, pelo organismo de tutela, o então Instituto Português do Património Arquitectó-

nico e Arqueológico (IPPAR), foi muito influenciada por factos importantes, decorrentes de uma realidade que o País vivia, traduzida numa dinâmica nova e com algumas indefinições que decorriam genericamente da mudança de orientação política para a Administração Pública: desde logo a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), nos anos 80, obrigou a uma dinâmica nunca vista no aparelho do Estado, que levou à criação de cursos até então inexistentes, à reforma do ensino superior proporcionando formação específica para arqueólogos e do ensino secundário para formar técnicos intermédios de arqueologia do ensino técnico profissional — assistentes de arqueólogo; a uma maior participação das autarquias na protecção do património cultural e, ainda, à reestruturação, em 1992, da orgânica da então Secretaria de Estado da Cultura (SEC), organismo de tutela da actividade arqueológica, através do IPPAR.

A adesão à CEE permitiu, a partir de 1989, canalizar para Portugal grandes financiamentos para a construção de novas infra-estruturas de que o País carecia para o aproximar dos padrões de desenvolvimento europeu. Tais obras, com grandes impactes no território, eram destrutivas dos contextos arqueológicos existentes no subsolo, que por vezes eram desconhecidos. Até então, o sector da Arqueologia orientado principalmente para a investigação académica, salvo raras excepções, como o Campo Arqueológico de Mértola (1975 e seguintes), o Sítio de Conímbriga (mais intensamente desde 1955 e seguintes), o Gabinete de Arqueologia da Área de Sinus (1971 e seguintes) e algumas iniciativas dispersas de norte a sul do País dos então Serviços Regionais de Arqueologia (criados na década anterior), viu-se obrigado a dar maior atenção a um novo tipo de arqueologia preventiva, à prospecção sistemática de campo, ao inventário, à carta arqueológica nacional, à protecção do património e à adopção de medidas para minimizar o impacte das grandes obras sobre o património que surgiam de norte a sul do país (tais como rede de auto-estradas, de gás natural, reflorestação maciça de eucalipto no Norte e Centro, construção de parques industriais, barragens, recuperação de castelos, palácios e conventos adaptando-os a funções hoteleiras e turísticas, modernização das infra-estruturas de saneamento, construção de parques e infra-estruturas de transporte de energia associadas, eólicos, parques de estacionamento e renovação de espaços públicos em centros históricos, etc.).

Como referido com a **reforma do Ensino da Arqueologia** e a criação de cursos específicos para arqueólogos



^  
O olival e a vinha e os amendoais do Côa são o sector produtivo local, a que as gravuras vieram acrescentar valor, trazendo consumidores ao vale do Côa e divulgando internacionalmente a região.

JPR | IGESPAR. 2010.

^  
Visitantes com um guia do PAVC, no núcleo da Canada do Inferno.

JPR | IGESPAR. 2009.

nas universidades e institutos politécnicos, no início da década de 90, e a criação de cursos de assistente de arqueólogo no ensino secundário<sup>2</sup> foram dados passos essenciais para haver mais técnicos com formação adequada na área de Arqueologia, criar massa crítica preparada tecnicamente para tratar o património arqueológico e dar resposta aos desafios de desenvolvimento sócio-económico com que o País se confrontava.

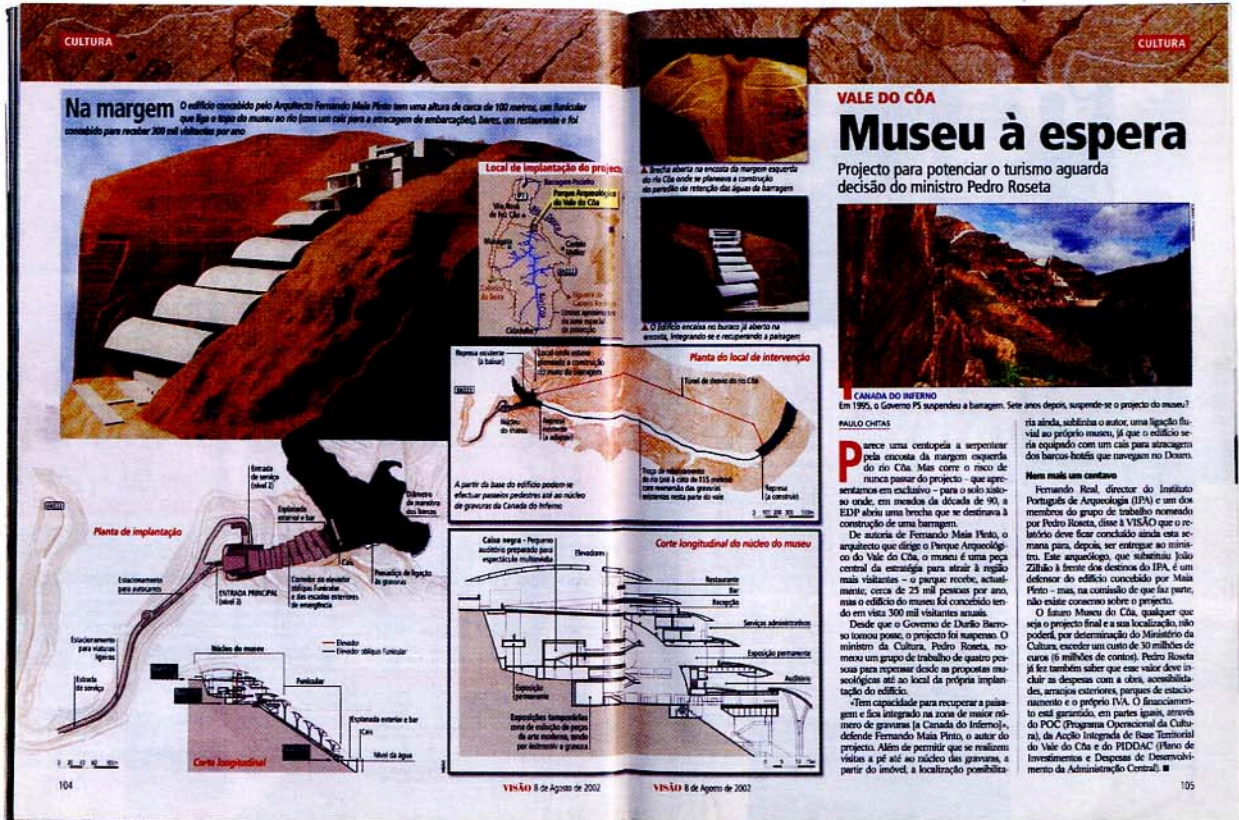
A **organização da arqueologia ao nível da Administração** sofreu igualmente uma transformação. A vaga reformista dos anos 90 introduziu alterações profundas quando da extinção do Instituto Português do

Património Cultural (IPPC) e da criação, em 1992, do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR). Esta reforma estrutural, apesar de ter mantido uma direcção de serviços central — o Departamento de Arqueologia —, cometeu um erro ao extinguir os Serviços Regionais de Arqueologia (Braga/Porto, Coimbra e Évora), os quais foram substituídos pelas designadas Direcções Regionais (DR) do IPPAR (Porto, Coimbra, Évora, Faro)<sup>3</sup>.

Em Portugal, na década de 90, davam os primeiros passos os estudos de avaliação do impacte ambiental do descriptor património cultural em grandes projectos e obras. Tais estudos de avaliação ambiental, que por vezes eram transregionais, e envolviam mais do que uma região, como por exemplo o traçado de auto-estradas, redes de gás, albufeiras de barragens, etc., promovidos e coordenados pelo Departamento de Arqueologia, eram mal acolhidos nas DR, secundarizada a informação produzida e remetida à direcção do Instituto, e só para o serviço de coordenação, quando algo de mais difícil resolução obrigava a remeter o assunto à administração central. Foi uma opção política legítima, mas um erro de gestão, um erro de estratégia, um erro da política cultural então seguida, que veio a ter reflexos directos em 1995 e 1996 na questão das gravuras rupestres de Foz Côa.

É de referir também que com a reforma de 1992 na área da Cultura, procuraram os decisores políticos ampliar e fomentar nos serviços centrais e nas Direcções Regionais, as estruturas orgânicas directamente relacionados com a realização de obras de construção civil de conservação, restauro e adaptação a novos usos de monumentos arquitectónicos.

O património arqueológico foi secundarizado, passou a ser tratado como se cuidam os arquivos, os museus, os monumentos e bibliotecas, ignorando a especificidade daquela área científica, esquecendo que o património arqueológico é um bem frágil e não renovável, que se encontra espalhado por todo o território nacional, incluindo nas zonas húmidas (turfeiras) e nas zonas aquáticas (rios, lagoas, litoral marítimo incluindo a plataforma continental) e mais grave ainda, que a maioria dos sítios arqueológicos referenciados, inventariados na Carta Arqueológica nacional, não estão classificados e que precisam de medidas de protecção específicas<sup>4</sup>. Ignorou que a gestão em Arqueologia tem de ser conduzida com bom senso e por pessoas com conhecimentos específicos, experiência profissional de campo e sensibilidade para a natureza frágil do património arqueológico<sup>5</sup>.



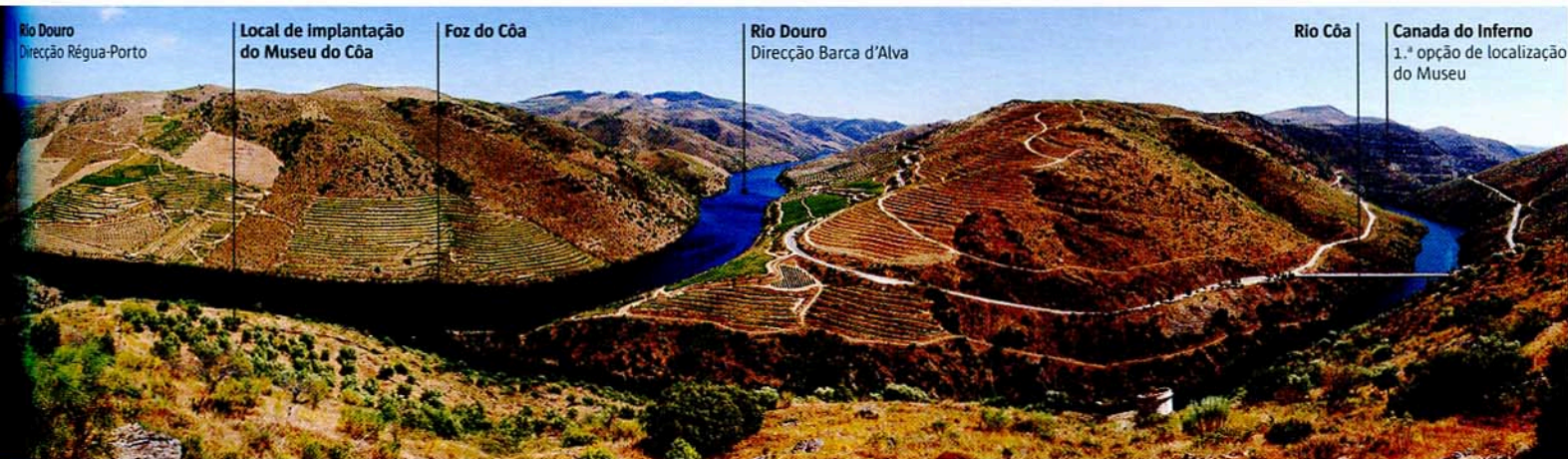
Projecto do Museu, 1.ª fase (1997-2002), publicado na *Visão*, n.º 492, de 8 de Setembro de 2002, pp. 104 e 105.

O trabalho dos arqueólogos foi notoriamente secundarizado. Houve contudo uma excepção por razões de conjuntura, na Direcção Regional de Évora, onde os técnicos de arqueologia, apesar dos problemas normais num serviço que gere o património arquitectónico e arqueológico, tiveram as condições de trabalho e em parceria com as outras componentes técnicas, o património arqueológico era atentamente considerado.

Foi o enquadramento descrito — a falta de articulação interna nos serviços centrais e regionais do IPPAR e a insuficiente aplicação de regras bem definidas na realização de estudos de impacto ambiental — que contextualiza, no final de 1994, a polémica do Côa. As gravuras rupestres paleolíticas tinham sido referenciadas no Anos 80, salvo erro em 1989. Foi só em 19 de Novembro de 1994 que nos serviços centrais do IPPAR/ Departamento de Arqueologia — à época o signatário exercia a função de director de serviços — se teve conhecimento, por meio de ofício da Direcção Regional do Porto, da existência de conflito de interesses, do último relatório técnico de arqueologia e da descoberta das gravuras do Côa dois anos antes. É de assinalar que a descoberta das gravuras, contrariamente ao que foi divulgado na época, não foram escondidas por nin-

guém; estavam descritas, mas sem decalques ou fotografias, no relatório de 1993 elaborado pelos arqueólogos do IPPAR que estavam no terreno a aprofundar os estudos previstos no estudo de impacto ambiental (EIA). O relatório dos trabalhos arqueológicos tinha sido aprovado administrativamente por pessoas com legitimidade legal para o fazer, mas sem preparação técnica e sensibilidade para avaliar a importância do achado.

No final de 1994, na fase em que o processo se encontrava, tecnicamente já não havia muito a fazer. O IPPAR encontrava-se numa posição frágil. A barragem tinha obtido parecer favorável do EIA, emitido em Fevereiro de 1990 pela Direcção Regional do Porto do IPPAR, e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN). A obra de construção da barragem estava em curso, autorizada desde Junho de 1992. É de destacar que aquele EIA já referia haver vestígios arqueológicos importantes apontando a necessidade de se desenvolver mais estudos de prospecção. A empresa EDP (Electricidade de Portugal) tinha assumido compromissos elevados com o Banco Central Europeu na obtenção do financiamento para a empreitada da construção da barragem. A obra arrancou de imediato, pouco tempo depois do início dos



estudos de prospecção determinados no EIA sem que estivessem concluídos ou sequer em fase adiantada. Perante as descobertas de arte paleolítica que se sucediam e as vozes de alerta que começavam a surgir, e 48 horas após, no Departamento de Arqueologia do IPPAR, termos tido conhecimento de importantes descobertas arqueológicas, a 21 de Novembro de 1994 surge a primeira notícia no jornal *Público* dando nota de existir conflito de interesses, com depoimentos de preocupação de engenheiros da EDP responsáveis pela construção da barragem.

Ao maior conjunto de arte rupestre paleolítica, ao ar livre, identificado até hoje em todo o mundo, contrapunha-se a construção de uma barragem cuja albufeira iria alagar uma extensa área da bacia hidrográfica do rio Côa e impediria o acesso, o conhecimento e a fruição das gravuras e destruiria ainda pinturas e os locais de *habitat* do Paleolítico que começavam a ser identificados.

Foi o rastilho de uma enorme polémica, que veio a ter reflexos directos em 1995 durante a campanha eleitoral trazendo a questão das gravuras rupestres de Foz Côa para as primeiras páginas dos noticiários, o que se tornou o centro de uma discussão apaixonada em Portugal e no estrangeiro, até Outubro de 1995, data em que o XIII Governo Constitucional saído das eleições tomou uma decisão de aprofundar os estudos de arqueologia criando as condições necessárias e suspender a obra durante um período de tempo adequado a tais estudos para acabar com a indefinição e as declarações demagógicas, que surgiam de parte a parte. O debate público apaixonou o País e a comunicação social noticiou e fez eco dos debates efectuados. Atentos a esta questão, entre Janeiro de 1995 e Maio de 1997, reunimos e arquivámos cerca de quatrocentos recortes de imprensa, várias gravações

de noticiários e debates na TV e na rádio. Acerca disto é útil recordar o que escreveu na altura o jornalista Cáceres Monteiro: «Antes de ser um problema político ou técnico, a questão das gravuras do Côa é um assunto de inteligência e de consciência de cidadania. Não há razões de ordem económica que justifiquem o injustificável, nem malabarismos tecnocráticos que conciliem o que é inconciliável. A região do Côa encerra um carácter místico especial, uma atracção magnética que se sentiu, desde sempre, no ar daquelas fragas e giestas.» Referindo-se a Henry de Lumley, uma autoridade mundial em arqueologia e director do Museu de História Natural de Paris, quando esteve pela primeira vez no Côa, forneceu o elemento essencial: «o vale constituía um santuário dos homens da Pré-História»<sup>6</sup>.

^ Vista geral da área (rios Côa e Douro).  
António Martinho Baptista. 2004.

v Acesso rodoviário, em construção, ladeado de muros de xisto.  
Ao fundo Vila Nova de Foz Côa.  
JPR | IGESPAR. 2007.





**Tratar o Côa numa perspectiva cultural —  
a decisão de um plano de desenvolvimento  
integrado para o vale do Côa numa estratégia  
de médio e longo prazos**

Dirimidos os argumentos durante todo o ano de 1995, tema central da campanha eleitoral para as legislativas que ocorreram nesse ano, e que tiveram uma divulgação enorme em diferentes sectores da sociedade, tendo inclusive a comunicação social, nacional e internacional, sido porta-voz dos debates em torno da construção da barragem *versus* protecção das gravuras rupestres pré-históricas, o Governo saído das eleições, em 7 de Novembro de 1995, poucos dias depois de tomar posse, através do Primeiro-Ministro António Guterres, num contexto político muito particular de mudança de ciclo da governação em democracia, cumprindo as promessas eleitorais, anunciou no Parlamento a suspensão da obra.

A opção pela não construção da barragem foi mal recebida por alguns sectores da sociedade que, recorrentemente, se têm manifestado, como é seu legítimo direito, mas nem sempre da forma mais esclarecida. Não era apenas uma oposição entre a construção da barragem e a preservação do património arqueológico natural e paisagístico, mas motivações de outra natureza, nomeadamente pela forte politização que envolveu o processo prévio à decisão e que foram um entrave à aprovação generalizada da opção e estratégia seguidas. Decorridos quinze anos os diversos problemas têm vindo a ser resolvidos, mas há ainda vezes a censurar. Nestes casos, a maior dificuldade é sempre não tanto a de compreender e aceitar as ideias novas, mas a de se libertar das ideias velhas.

&lt;

Uma integração na paisagem perfeita do museu, estrada e heliporto.  
JPR | IGESPAR. 2008.

^

Edifício acabado em betão, produzido em moldes de xisto, a rocha das famosas gravuras.  
JPR | IGESPAR. 2010.

Logo em Janeiro de 1996, o Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, avançou com a criação de uma comissão instaladora do Parque Arqueológico do vale do Côa (PAVC), inaugurado em 11 de Agosto desse ano.

O Governo passou então, a partir desse ano, a tratar o Côa numa perspectiva cultural, através de uma política inovadora, que foi a de ligar a cultura ao desenvolvimento sócio-económico promovendo a salvaguarda dos patrimónios arqueológico e natural da região, procurando integrar também os outros recursos locais e fomentar o turismo no Alto Douro. Foi uma decisão assente numa visão estratégica e no planeamento de médio e longo prazos.

Tais medidas foram uma surpresa para a sociedade portuguesa em geral e para todos nós, técnicos da área do património, já que não estávamos habituados a qualquer dimensão cultural na política. O Governo definiu um «**plano de desenvolvimento integrado do vale do Côa**», e nesse âmbito implementou a criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, para «ser o motor de um efectivo desenvolvimento da região do vale do Côa, combinando o património e a economia, o lazer e o conhecimento, a investigação e o turismo, multiplicando o emprego e renovando em todos os aspectos a vida dessa região».

O então Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, defendia no Parlamento, com energia, a propósito do que o Governo estava a fazer no Côa, que «o património é um dos elementos centrais da identidade dos povos. Mas a identidade não é uma sobrevivência que se defende colocando-a num relicário, ela é uma herança de que só somos dignos quando a continuamos a construir. Mais do que um retrato, ou resto, do passado, a identidade é, no complexo mundo em que vivemos, um instrumento com que se constrói, com que se pode construir, o futuro.»<sup>7</sup>

Logo após a inauguração do PAVC, em Agosto de 1996, este transformou-se num sucesso em termos de público, visitado no primeiro ano por cerca de 20 mil pessoas. Especialistas de reputação mundial na gestão de sítios arqueológicos que visitaram o vale do Côa elogiam o modo de funcionamento do Parque, consideram-no como um modelo para outros sítios e recomendam a manutenção de «um sistema de acesso controlado»<sup>8</sup> e a realização de estudos de conservação para «analisar o comportamento e a deterioração das rochas com gravuras face ao súbito afluxo de um grande número de visitantes, embora controlados»<sup>9</sup>.

O número de visitantes na região está muito condicionado. Não podemos esquecer que, localmente, toda aquela zona da raia está despovoada, o número de residentes nos dois lados da fronteira é reduzido, que o Côa fica longe de tudo e os acessos, quer rodoviários quer ferroviários, são fracos, fica longe do litoral onde se concentra a maior parte da população interessada, e está numa região economicamente deprimida, mas com uma paisagem natural deslumbrante, ambientalmente bem preservada e um potencial económico onde são produzidos produtos agrícolas de qualidade superior (vinhos, azeites, frutos secos, carnes, produtos de fumeiro, etc.) a carecer de melhores redes de distribuição.

Logo em 1996, com as visitas ao vale do Côa acompanhadas por um guia em grupos de oito pessoas com marcação prévia aos núcleos de Castelo Melhor, Muxagata e Ribeira de Piscos, houve a noção de que a procura seria superior à oferta e que havia a necessidade de encontrar novas formas para acolher os visitantes. Por esse facto, o Governo, desde logo, encarou a possibilidade de se construir um museu, um equipamento do PAVC, que permitisse acolher com qualidade, segurança e conforto um maior número de visitantes do Parque Arqueológico. Pretendia-se dar aí uma introdução ao património arqueológico regional e facultar

a informação para compreender o território, sempre com a ideia central que o verdadeiro museu está ao ar livre, no vale do Côa com as gravuras e pinturas *in situ*, a envolvente natural e os contextos de *habitat* que lhes estão associados.

Assim surgiu em 1996-1997 a ideia de criar um museu de arte e arqueologia do vale do Côa.

## O Museu do Vale do Côa

A intenção de o edificar aparece expressa pela primeira vez na Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/96, de 16 de Abril, seguida em 1997 com o compromisso firmado na candidatura à UNESCO a Património da Humanidade. Em 1998, a candidatura da *Arte Rupestre do Vale do Côa* foi inscrita na lista indicativa da UNESCO. O Estado Português assume de novo o compromisso anterior e foram então desencadeados os procedimentos para a construção de um edifício, um equipamento, que permitisse acolher os visitantes ao vale do Côa. Curiosamente decorridos treze anos, no mesmo ano logo após a inauguração do Museu a 30 de Julho de 2010, aquela distinção é novamente reforçada e valorizada com a classificação da *Arte Rupestre Paleolítica de ar livre na bacia do Douro no Sítio de Siega Verde (Espanha)* em 11 de Agosto, como uma extensão do vale do Côa. O processo do Museu foi conduzido pela comissão instaladora do Instituto Português de Arqueologia (IPA) em 1995, seguindo-se o IPA, logo que foi criado em 14 de Maio de 1997 até 2007, e posteriormente pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), de 2007 a 2010, devido às sucessivas reestruturações havidas no Ministério da Cultura.

Trata-se de um equipamento indispensável para acolher um cada vez maior número de visitantes à região de Foz Côa e ao Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC). No início em 1996 o número de visitantes chegou aos 20 000, em 1997 visitaram o PAVC 20 400 pessoas, mas em 2005 reduziu para cerca de 12 362, fixando-se nos anos seguintes nos 18 000 visitantes/ano. As visitas aos núcleos de arte rupestre abertos ao público fazem-se em grupos de oito pessoas em jipes do PAVC, acompanhados por um guia especializado ou por jipes de duas empresas privadas criadas para o efeito, também acompanhadas por um guia devidamente formado. Por ano, o PAVC esgota a capacidade de resposta desta estrutura.

O desenvolvimento que foi prometido, por ser um processo em construção, que carecia de tempo para se consolidar, reunir os estudos e os projectos necessários e ainda os meios orçamentais para a sua execução, não permitiu no curto prazo fixar as pessoas na região, não criou um rendimento alargado aos residentes, nem atraiu investimento. O sector privado tem estado na expectativa a aguardar o resultado dos investimentos públicos. Com a inauguração do Museu pretende-se passar progressivamente para 30 000 visitantes por ano, e com as actividades de animação cultural a implementar no PAVC neste novo equipamento e o desenvolvimento económico associado, aumentar progressivamente aquele número. Um grande fluxo de visitantes contribuirá para o desenvolvimento económico da região, daí que o Museu seja considerado um projecto âncora na região.

Cabe agora ao sector privado acompanhar a dinâmica criada, promovendo os seus produtos de qualidade, associado à projecção internacional que a arte rupestre do vale do Côa proporcionou, investir na criação de serviços que dêem resposta à procura hoteleira, de restauração e de comércio dos produtos agrícolas e do artesanato e tal como ocorre noutros locais com sítios arqueológicos preparados para o turismo, possam beneficiar e criar riqueza para bem das populações locais e do País. Em 2010, num raio de 50 km, não existem equipamentos hoteleiros que permitam acolher em simultâneo e fixar na região, por vários dias, um elevado número de visitantes com as condições que um turismo de qualidade exige, dirigido a todos os tipos de público.

O Museu é hoje uma realidade, mas o processo para a sua construção passou por várias vicissitudes. Por opção da direcção do IPA, em 1997, com o acordo da tutela da Cultura, o projecto inicial pretendia construir o Museu no rasgo da barragem. Pela morfologia do terreno e para dar resposta ao programa definido, o empreendimento surgia da conjugação de dois projectos complementares, um de arquitectura para o edifício e, outro, de engenharia para baixar a cota da água do rio Côa no Sítio da Canada do Inferno. O projecto de arquitectura, de acordo com o programa para uma área coberta de 16 000 m<sup>2</sup>, era da autoria do arquitecto Fernando Maia Pinto, contava com o apoio para as especialidades de engenharia da empresa AFA (Adão da Fonseca e Associados) e da Hidroprojecto para o projecto da reemersão do rio Côa entre a Ribeira do Rego da Vide e a Canada do Inferno. Em Maio de 2003 esse projecto foi abandonado, por decisão do Governo,

assunto em que não nos alongaremos e já relatado em anterior publicação<sup>10</sup>.

Foi então, nessa data, criada uma comissão, coordenada pelo signatário, que elaborou um relatório técnico onde se apresentavam cinco alternativas e se analisavam detalhadamente todos os antecedentes e os encargos envolvidos. Em Novembro de 2003, sendo Primeiro-Ministro Durão Barroso, Ministro da Cultura Pedro Roseta e Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território Isaltino Morais, o Governo decide por uma nova localização junto da foz, na confluência do rio Côa com o Douro, após análise do referido relatório técnico e uma visita ao local.

Em Janeiro de 2004 foi desencadeado pelo IPA o concurso público internacional para a escolha de nova equipa projectista, tendo o contrato sido consignado em Setembro desse ano. As várias fases do projecto foram sendo desenvolvidas e foi considerado bom para concurso em Dezembro de 2006, data em que foi possível desencadear os procedimentos administrativos para novo concurso público, desta vez para a construção do edifício<sup>11</sup>. É de destacar que ao concurso para o projecto de arquitectura concorreram quarenta e dois gabinetes de arquitectura. Com esses trabalhos apresentou-se uma exposição e publicou-se o respectivo catálogo, com imagens de referência de cada um dos trabalhos. O contrato de projecto veio a ser firmado, em 27 de Setembro de 2004, com os arquitectos Pedro Tiago Pimentel, como arquitecto coordenador, o arquitecto Camilo Rebelo e o engenheiro Jorge Nunes da Silva em representação do GOP — Gabinete de Organização e Projectos, L.<sup>da</sup>, como chefe de consórcio<sup>12</sup>.

Para efeito de assessoria técnica e administrativa na gestão do processo, na fase inicial do concurso público e do projecto, o IPA não dispo de técnicos nas áreas da especialidade, celebrou um contrato de prestação e aquisição de serviços com a CONSULBARRA — Serviços de Eng., L.<sup>da</sup>, que através de uma equipa de especialistas nas diversas áreas da Engenharia, coordenada pelo engenheiro Pedro Tavares, prestou o apoio técnico especializado para as acções necessárias. Como referido anteriormente, devido ao PRACE, o IPA e a DGEMN foram extintos, transitando o processo de coordenação do empreendimento para o IGESPAR e a fiscalização da obra para o IHRU. Face aos antecedentes e à complexidade do processo, por despacho de 1 de Agosto de 2007 da então Ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, foi criado um grupo de trabalho de quatro elementos (Filipe Mascarenhas Serra,



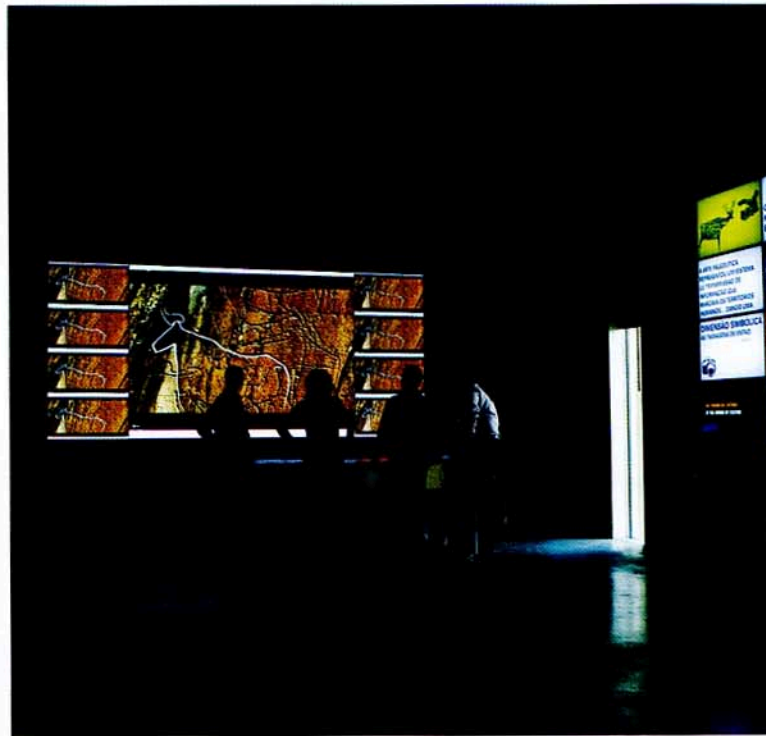
1



2

Lúcia Gonçalves de Brito, Paula Silva e o signatário) para conduzir o processo a bom termo, garantir a realização do empreendimento e a execução financeira dentro do curto prazo que o Estado estava obrigado a cumprir para enquadrar a despesa no III QCA (Quadro Comunitário de Apoio) do FEDER, cuja apresentação de contas e elaboração de relatórios financeiros tinham que estar impreterivelmente concluídos em Junho de 2009.

O investimento global, onde estão contabilizados os encargos com o projecto, a aquisição de terrenos, a construção do edifício, a museografia, sinalética, decoração e mobiliário e a construção do acesso rodoviário de 2,5 Km que liga o Museu a Vila Nova de Foz Côa, e a reconstrução dos muros de xisto que ladeiam essa estrada, foi de €17 500 000, comparticipados pelo PIDDAC e a fundo perdido pelo FEDER à taxa de 70%, tendo-se conseguido uma taxa de execução de 100% das verbas da União Europeia e com um controlo contabilístico rigoroso; não houve derrapagens financeiras com trabalhos a mais nem défice orçamental. Pelo contrário, houve uma poupança de cerca de €12 000 000, já que a dotação disponível em 2004 era de €30 000 000 e com a realização de concursos públicos e uma gestão adequada, foi possível controlar as despesas, tendo o encargo global sido significativamente inferior ao previsto no planeamento inicial.



1

1. Exposição permanente — salas A e F.  
JPR | IGESPAR. 2010.

2. 1.ª Exposição temporária — obras da colecção da FLAD.  
JPR | IGESPAR. 2010.

O projecto responde ao programa do concurso e revela, por parte dos seus autores, um grande cuidado de integração num local de uma beleza natural intacta. É um edifício acabado em betão produzido em moldes de xisto (o suporte das gravuras), o que lhe confere visualmente a forma da rocha local. O Museu do Côa assemelha-se a uma instalação na paisagem, cumprindo a vontade dos arquitectos. A sua integração na paisagem é perfeita: visto de cima quase não existe, de baixo parece que se solta da encosta, e dos lados sugere um grande bloco de rocha em xisto, pousado na encosta. O percurso interior faz um corte radical com a extraordinária paisagem exterior dos vales do Douro e do Côa, a qual pode ser observada pontualmente através de janelas-frestas que rasgam verticalmente o edifício. No seu interior foi instalada uma exposição permanente de arqueologia relativa ao território do Côa e à arte rupestre, que pretende ser um local de descoberta e ponto de partida para novos passeios no vale do Côa. Organizou-se também uma exposição temporária de arte moderna com o título *Gesto e inscrição* com obras da colecção da FLAD — Fundação

Luso-Americana para o Desenvolvimento. Sendo a primeira exposição temporária do Museu, pretende chamar a atenção de novos públicos para as formas de expressão na arte contemporânea e na arte pré-histórica e realçar que as formas de comunicação gráfica utilizadas pelo Homem há cerca de 20 000 anos são de uma actualidade que surpreende.

O Museu foi inaugurado em 30 de Julho de 2010, tendo o Governo sido representado pelo Primeiro-Ministro José Sócrates, pela Ministra da Cultura Gabriela Canavilhas e pela Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território Dulce Pássaro.

A necessidade de imprimir nova dinâmica ao conjunto Museu e Parque do Côa implica um modelo de gestão diferente dotado de autonomia, capacidade de decisão e um relacionamento estreito com os agentes locais, regionais e nacionais, e até internacionais, de diferentes sectores da sociedade portuguesa — económicos, culturais e institucionais — atento à necessidade de salvaguarda de um património classificado de grande valor e à necessidade do cumprimento de serviço público. Face à situação financeira do País, e numa perspectiva de equilíbrio orçamental, impõe-se que, a prazo, a exploração deste equipamento assegure um elevado nível de auto-sustentabilidade assegurando um funcionamento concertado com a defesa do interesse público. Entendeu o Governo criar a *Côa Parque — Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa*, com o objectivo de gerir de forma integrada o património arqueológico, paisagístico e cultural que lhe está afecto. A *Fundação Côa Parque*, assim designada, também é uma fundação pública que se rege pelo direito privado e que prossegue as tarefas de interesse público, designadamente os fins e atribuições do PAVC, enquanto foi um serviço público integrado na orgânica do IGESPAR. Segue-se um grande desafio, na interacção com a sociedade, sendo um facto que a procura pelos visitantes tem excedido as expectativas, ultrapassando as previsões iniciais. ¶

#### NOTAS

- <sup>1</sup> A instabilidade decorrente das alterações de orientação política foi constante, já que o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) surge no seguimento de uma discussão de interesses e do confronto político no período eleitoral de 1995. A edificação do Museu, desde que foi decidida a sua construção até à data de inauguração (1998 a 2010) cruzou o mandato de seis governos e oito ministros da Cultura. Com um novo Governo há sempre um novo começo, com uma nova legitimidade e novas equipas que podem ou não, dar seguimento à política e às opções do antecessor. Por outro lado, as fontes de financiamento da União Europeia e Nacionais, respectivamente do FEDER (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional) e do PIDDAC (Plano de Investimentos De Desenvolvimento da Administração Central) passaram por vários acertos e negociações. Durante aquele período houve também o PRACE (Processo de Reforma da Administração Central do Estado) nos Ministérios da Cultura e das Obras Públicas, que desmembrou equipas técnicas, extinguiu e fundiu serviços, o que criou dificuldades imprevisíveis.
- <sup>2</sup> A criação destes cursos é uma resultante da parceria estabelecida entre a Secretaria de Estado da Cultura/ IPPAR — Direcção Regional do Porto e Departamento de Arqueologia com o Ministério da Educação/Direcção-Geral do Ensino Secundário, que criaram a Escola Profissional de Arqueologia (1990).
- <sup>3</sup> Esta reorganização dos serviços tinha um novo modelo de gestão, contestado logo que foi conhecido, por quem se preocupava com a efectiva salvaguarda do património arqueológico. Criou forte instabilidade no sector de arqueologia, desorganizou estruturas operacionais que funcionavam razoavelmente bem e apropriou-se dos meios logísticos criados progressivamente desde 1982 pelo sector de arqueologia, que passaram para o serviço geral das Direcções Regionais então criadas. A desarticulação entre o Departamento de Arqueologia e as DR passou a ser uma realidade, que conhecemos bem por experiência vivida, uma vez que os directores regionais queriam não só afirmar-se como não aceitavam muitas das orientações de âmbito nacional, saídas dos serviços centrais. O caso da barragem de Foz Côa é uma consequência de tudo isso.
- <sup>4</sup> Medidas genericamente referidas no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política de valorização e protecção do Património Cultural. Essas medidas de protecção têm de ser estabelecidas, caso a caso, sempre que necessário, dada a diversidade de contextos cronológico-culturais e geográficos.
- <sup>5</sup> Intencionalmente, a direcção das Direcções Regionais (DR) do IPPAR foi entregue a profissionais sem quaisquer conhecimentos técnicos, ou experiência na área da Arqueologia, pessoas com formação diversa, engenheiros, arquitectos «políticos», «burocratas» ou ao «amigo de confiança», e sem haver sequer nas Direcções Regionais uma chefia intermédia da especialidade (um departamento ou uma divisão) que aconselhasse e a cada momento, permitindo encontrar a solução tecnicamente mais adequada à salvaguarda e à investigação do património arqueológico ameaçado na região.
- <sup>6</sup> Veja-se MONTEIRO, Cáceres — Deixem descansar os deuses. *Visão*. Lisboa (25 de Maio de 1995).
- <sup>7</sup> Veja-se o discurso proferido na Assembleia da República em 24 de Novembro de 1995.
- <sup>8</sup> Veja-se a edição do *Público* de 16 de Janeiro de 1997.
- <sup>9</sup> *Ibidem*.
- <sup>10</sup> *MUSEU DE ARTE E ARQUEOLOGIA DO VALE DO CÔA — Concurso para o Projecto*. Coord. ed. N. Miguel Seabra. Lisboa: LIBRUS : Instituto Português de Arqueologia, 2005.
- <sup>11</sup> O projecto de execução ficou concluído em 2007, pouco antes da celebração do contrato com a Monte Adriano, empresa de construção civil que venceu o concurso público para a empreitada ao qual concorreram 15 empresas. Por directiva superior este concurso foi organizado pela então Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Centro (DREMC) da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), com quem existiu uma colaboração institucional exemplar. A fiscalização da obra foi assegurada por técnicos daquele organismo.
- <sup>12</sup> A ficha técnica completa das diferentes equipas envolvidas e que tivemos privilégio de coordenar em todas as fases do processo consta da bibliografia em RIBEIRO, João Pedro, coord. — O museu do Côa. Lisboa : IGESPAR: CELL, 2009 (CADERNOS DO CÔA; 1).